



TESOURO NACIONAL

2026

Fevereiro

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Rogério Oliveira Ceron

Secretário do Tesouro Nacional

Daniel Cardoso Leal

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Paulo Moreira Marques

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

David Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública Substituto (SUDIP)

Luiz Fernando Alves

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Administração, Transformação Digital e Inovação (SUATI)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional Arte

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 2.057/2025

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

Anexo 3

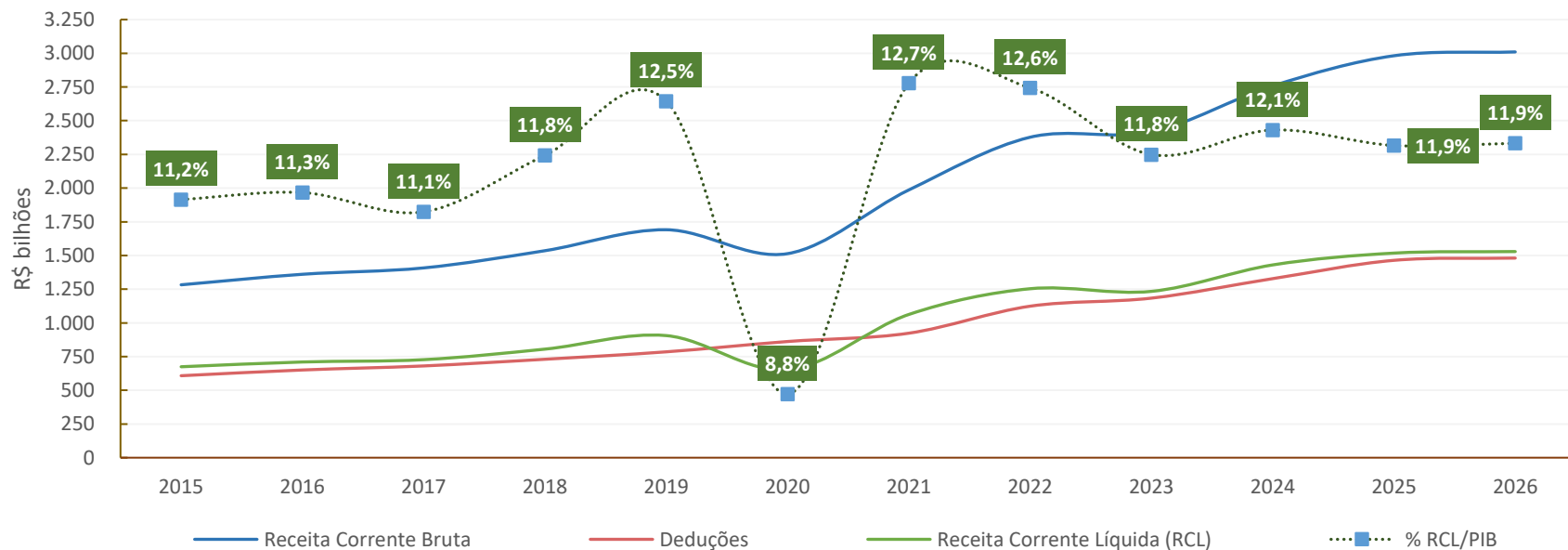
Port. STN 2.057/2025

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Receita Corrente Bruta	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.758	2.982	3.010
Receita Tributária	425	459	465	507	546	517	711	856	888	1.028	1.146	1.259
Receita de Contribuições	688	730	800	844	853	826	1.001	1.128	1.197	1.377	1.488	1.647
Demais Receitas Correntes	170	172	143	184	292	171	274	392	332	353	347	103
Deduções	608	651	681	730	785	862	924	1.124	1.184	1.328	1.464	1.481
Transf. Constitucionais e Legais	214	239	240	267	298	378	367	487	484	558	621	666
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	326	342	361	380	405	396	454	530	586	638	709	793
Outras Deduções	68	70	80	84	83	87	103	107	113	132	135	22
Receita Corrente Líquida (RCL)	675	710	727	805	906	652	1.063	1.253	1.234	1.430	1.518	1.529

Fonte: RREO



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

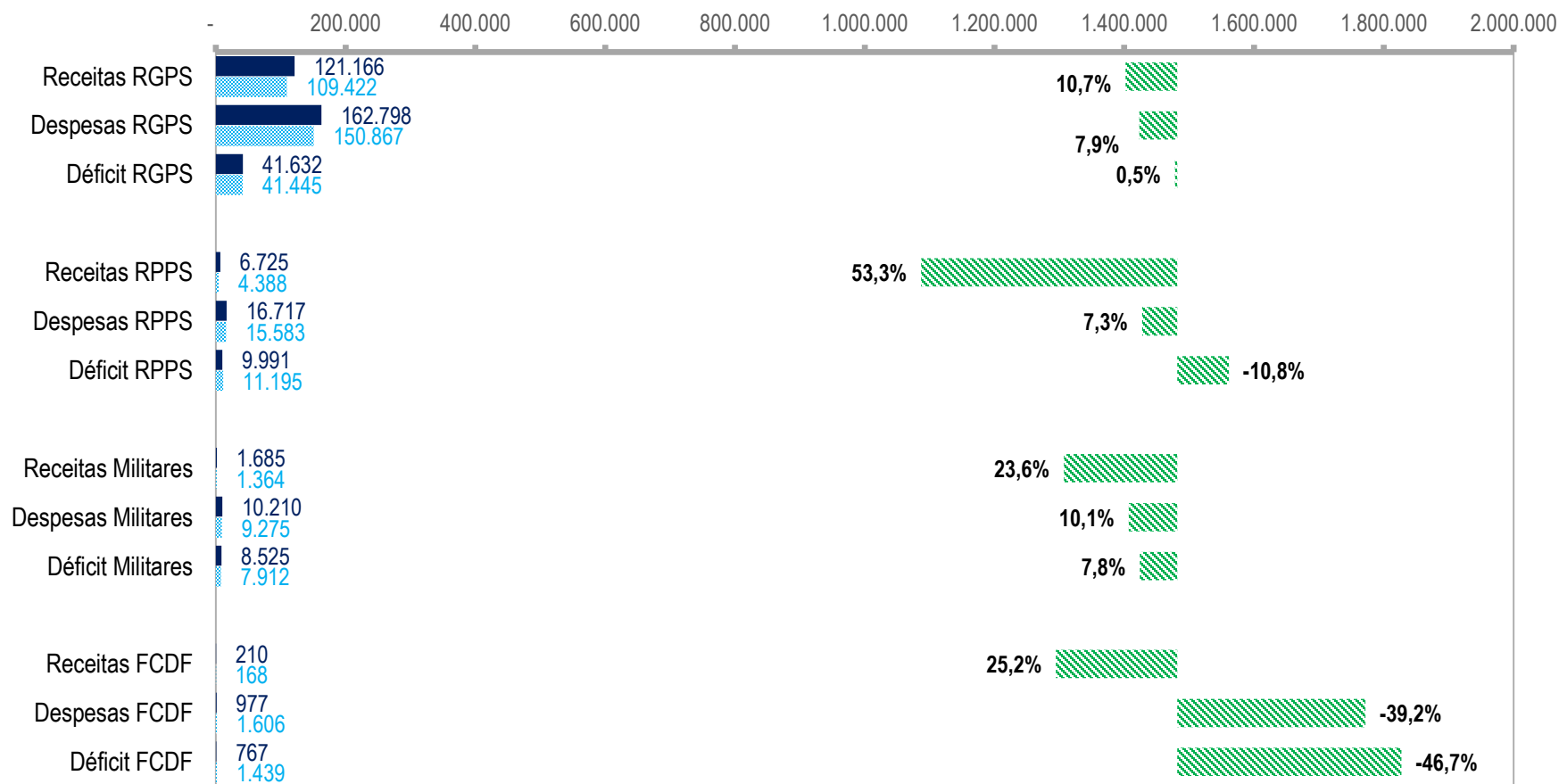
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 3.

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Fevereiro/2026 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2026

■ 2025

■ Variação (%)

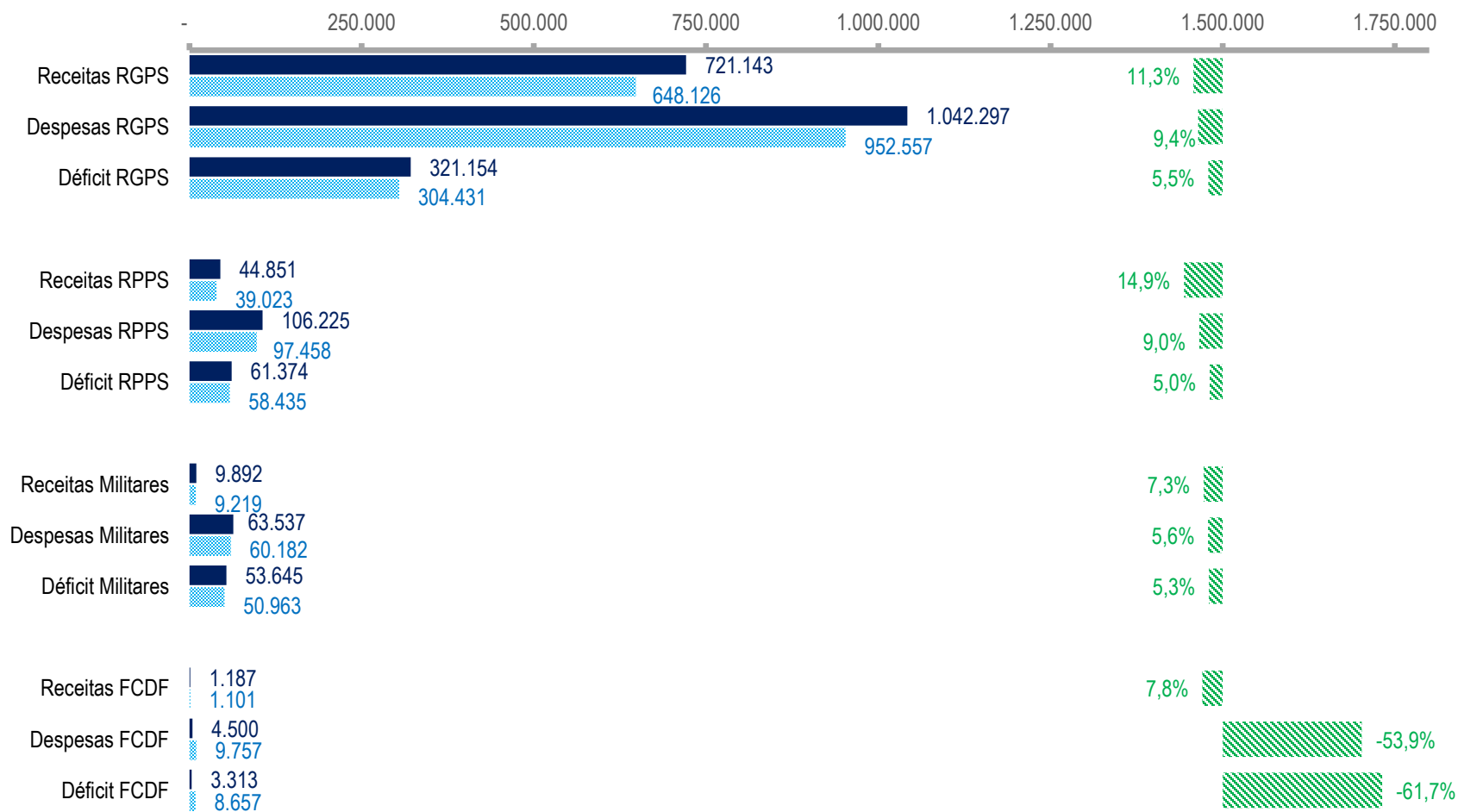
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 4.

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas – Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Mar/2025 a Feb/2026

■ Mar/2024 a Feb/2025

■ Variação (%)

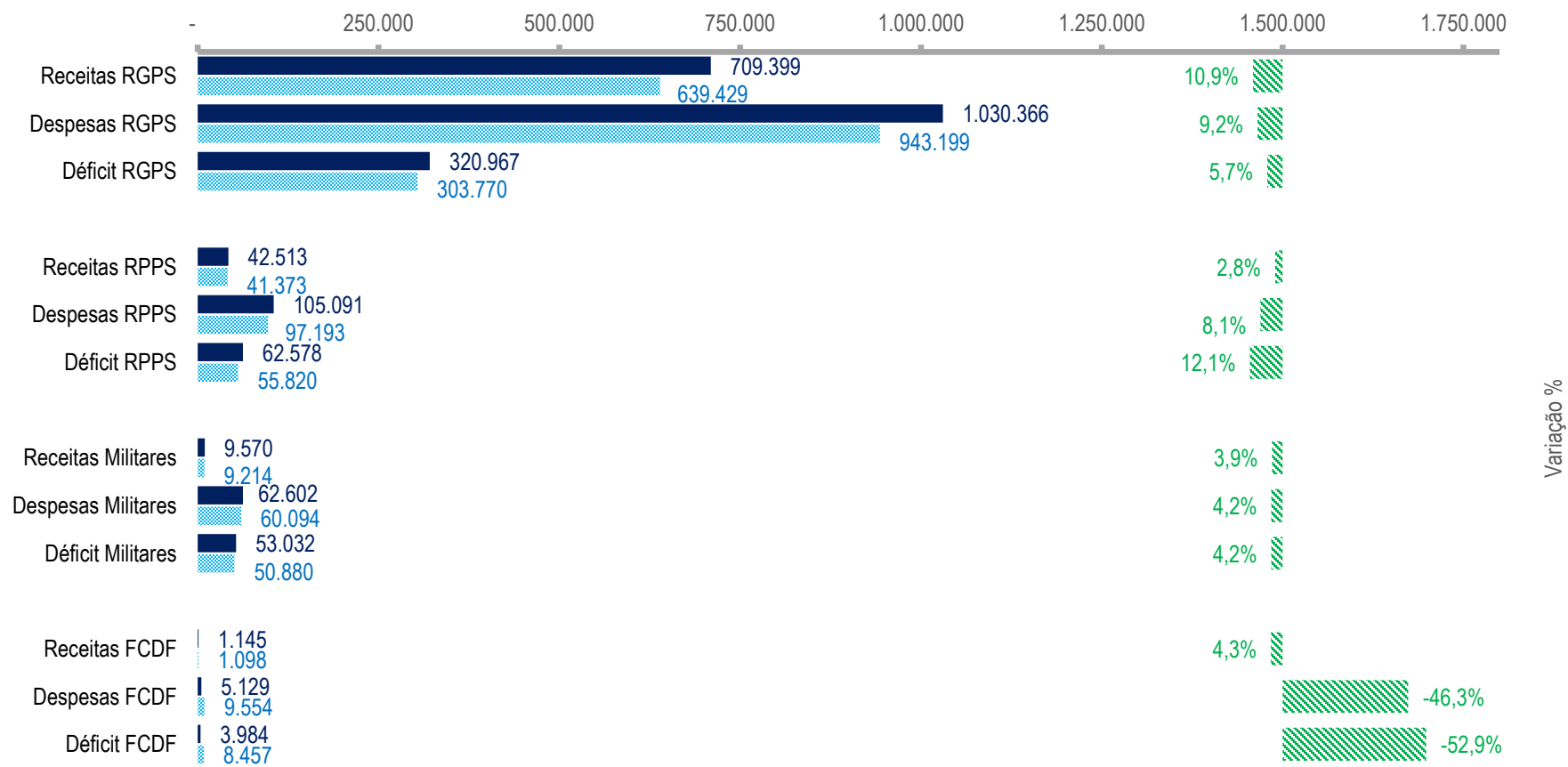
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 4.

Anexo 4

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2025 e 2024 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2025

■ 2024

■ % 2025/2024

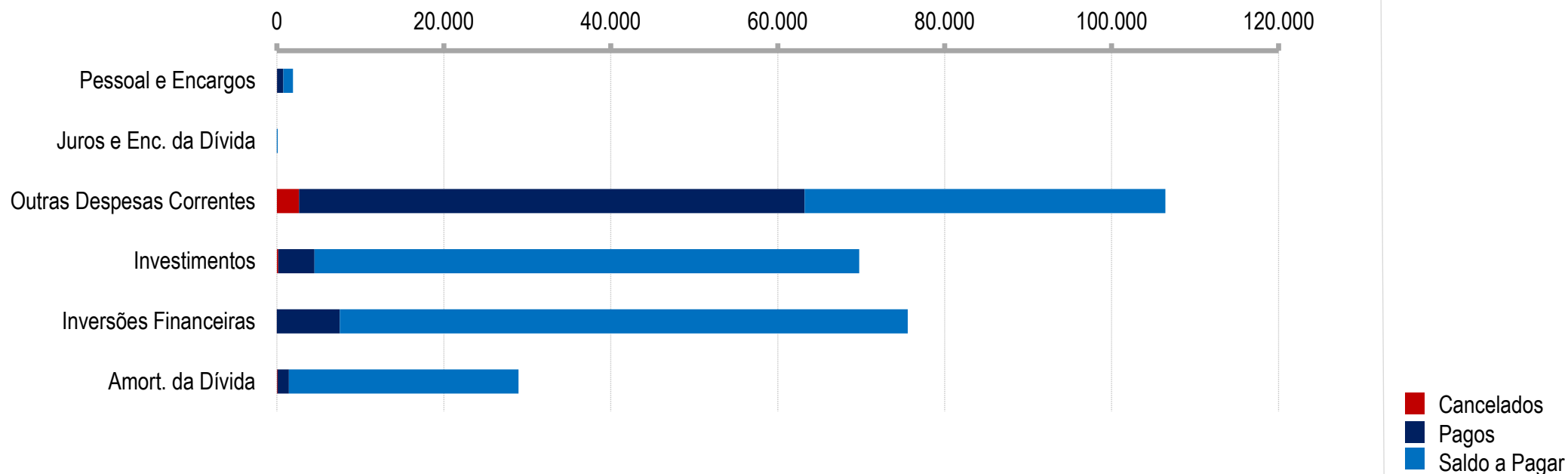
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 4.

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Fevereiro/2026 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Não Processados**, isto é, referentes a empenhos que iniciaram o presente exercício financeiro com pendências na liquidação e no pagamento.



NÃO PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	25	-	2.645	155	0	70	2.895
■ Pagos	754	0	60.565	4.354	7.528	1.374	74.576
■ Saldo a Pagar	1.158	118	43.228	65.259	68.058	27.497	205.319
Total	1.937	118	106.438	69.768	75.587	28.942	282.790

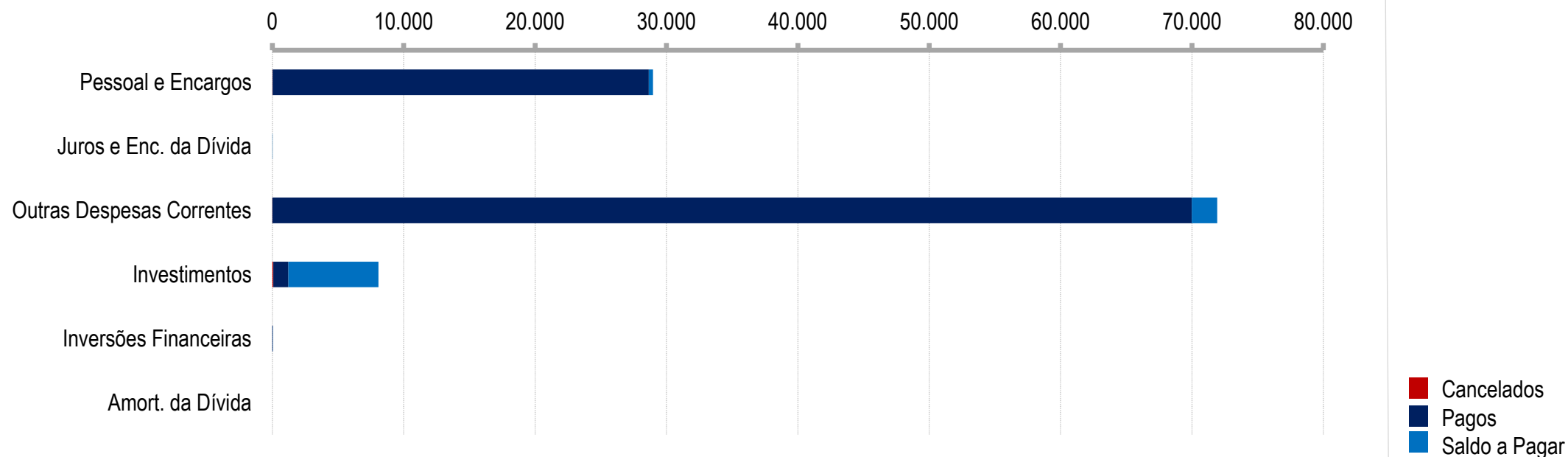
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Fevereiro/2026 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos que iniciaram o presente exercício financeiro com pendências apenas no pagamento.



PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	13	-	7	74	0	-	94
Pagos	28.630	-	69.985	1.154	1	-	99.769
Saldo a Pagar	328	1	1.925	6.844	41	-	9.139
Total	28.971	1	71.917	8.072	41	-	109.002

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 7.

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2026 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Fevereiro de 2026.

Executado 65,4% do Mínimo



Despesas Executadas até fevereiro/26

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Fevereiro) X Mínimo (em Fevereiro)

Limite de Educação	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	DEZ/2025	FEV/2026
Despesas Executadas com Educação	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	87,2	110,9	129,9	16,2
Mínimo (até o mês)*	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	57,0	62,8	66,4	108,6	122,1	24,9
Despesa Excedente ao Mínimo	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	19,3	21,2	20,8	2,3	7,8	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 8.

Anexo 8

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Fevereiro/2026 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Fevereiro/2026, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Fevereiro	18% RLI	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2026	24,9	16,2	65,4%
2025	23,3	14,0	60,0%
2024	20,9	12,5	59,8%
2023	18,7	11,2	60,0%
2022	13,6	9,9	73,4%
2021	13,3	9,4	71,0%
2020	12,5	8,3	66,7%
2019	11,8	8,8	74,2%
2018	10,6	9,1	85,7%
2017	9,5	8,8	92,4%
2016	8,8	8,7	98,2%
2015	8,6	8,7	101,0%
2014	7,9	6,6	84,2%
2013	7,8	4,5	57,5%

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

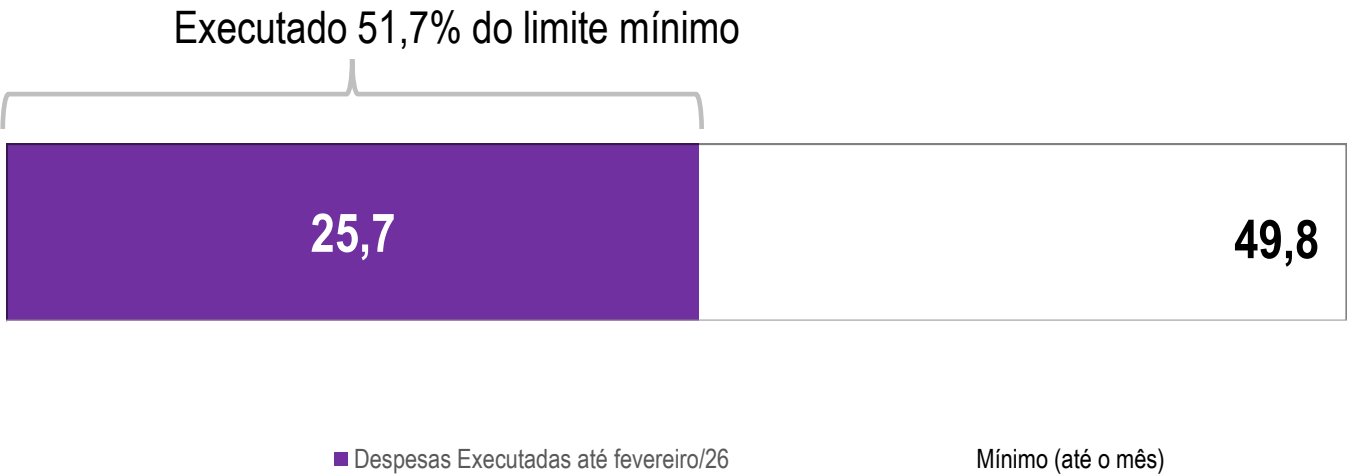
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 8.

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2026 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 15% do valor da Receita Corrente Líquida.



Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Fevereiro) X Mínimo (em Fevereiro)

Fonte: RREO

Limite de Saúde	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	DEZ/2025	FEV/2026
Despesas Executadas com Saúde	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	215,9	214,6	25,7
Limite Mínimo (até o mês)	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	172,8	214,5	227,7	49,8
Despesa Excedente ao Mínimo	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	7,0	1,4	-13,1	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 12.

Anexo 12

Port. STN 2.057/2025

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Fevereiro/2026 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Fevereiro/2026, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Fevereiro	Mínimo	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2026	49,8	25,7	51,7%
2025	48,1	23,7	49,4%
2024	42,9	21,0	49,0%
2023	37,6	15,8	41,9%
2022	38,9	16,0	41,2%
2021	32,6	14,8	45,5%
2020	26,2	12,6	48,2%
2019	24,6	17,3	70,1%
2018	24,0	12,7	52,9%
2017	22,7	13,5	59,6%
2016	21,9	12,7	58,0%
2015	19,2	15,4	79,8%
2014	19,4	11,6	59,7%
2013	17,2	6,9	40,3%

Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Anexo 12.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Fevereiro/2026 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO													
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RGPS	45,83	52,12	55,08	57,69	58,17	61,75	66,00	67,88	34,49	41,20	91,43	100,72	109,42	121,17
RPPS - Civil e FCDF	3,43	4,28	4,59	4,51	5,08	5,04	5,19	5,01	3,08	3,09	5,67	6,90	4,56	6,94
Pensões Militares	0,29	0,32	0,36	0,46	0,49	0,34	0,37	0,56	0,54	0,00	1,32	1,36	1,36	1,69
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	46,24	48,57	52,79	65,53	50,22	56,70	58,54	78,99	54,56	71,68	101,63	125,82	135,97	142,99
Total das Receitas	95,80	105,29	112,82	128,18	113,96	123,84	130,09	152,43	92,67	115,97	200,05	234,80	251,32	272,78
Despesas da Seguridade Social														
Despesas do RGPS	62,67	66,81	67,49	76,84	86,59	89,66	0,95	102,51	52,33	58,74	128,74	141,51	150,87	162,80
Saúde	6,91	11,60	15,31	12,70	13,49	12,71	17,27	12,61	5,67	5,59	15,78	21,02	23,75	25,74
Assistência Social	9,48	10,73	11,24	12,41	13,79	14,06	14,96	15,42	8,10	13,23	41,08	46,17	48,24	48,55
RPPS - Civil e FCDF	9,48	9,76	10,62	11,10	12,77	13,19	13,52	14,59	7,13	7,26	15,23	16,72	17,19	17,69
Seguro Desemprego	5,20	5,57	6,56	5,71	5,47	5,61	5,66	6,19	2,30	2,84	6,03	7,82	7,84	3,91
Pensionistas Militares	3,50	4,52	4,98	2,58	2,93	3,27	3,49	3,51	1,84	1,94	4,01	4,14	4,16	4,58
Abono Salarial	0,00	0,00	0,08	5,78	4,42	4,82	5,06	5,77	3,18	1,07	3,45	1,96	2,37	2,60
Demais Despesas	2,63	2,67	3,21	3,21	3,77	3,86	99,72	4,36	2,17	2,90	5,11	5,07	4,78	5,97
Total das Despesas	99,88	111,65	119,49	130,32	143,23	147,18	160,64	164,96	82,72	93,57	219,43	244,41	259,20	271,83
Resultado														
Resultado da Seguridade Social	-4,08	-6,36	-6,68	-2,14	-29,28	-23,34	-30,54	-12,52	9,95	22,40	-19,37	-9,60	-7,89	0,95
Receitas Desvinculadas (DRU)	10,40	10,79	11,53	0,00	17,83	20,54	21,14	0,03	0,02	0,00	0,04	0,02	0,02	0,05
Resultado com Receitas Desvinculadas	6,32	4,43	4,85	-2,14	-11,45	-2,80	-9,40	-12,49	9,97	22,41	-19,34	-9,59	-7,87	0,99

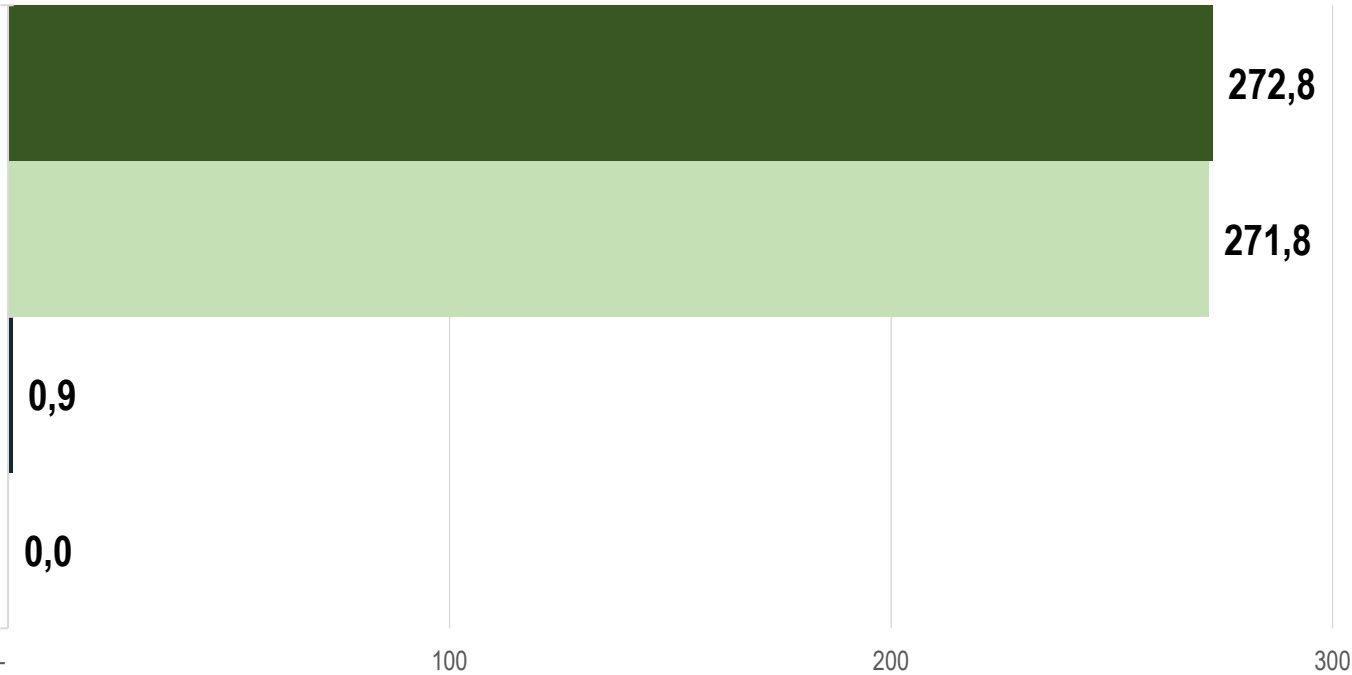
Fonte: Relatório Resumido da
Execução Orçamentária de
Fevereiro de 2026, Tabela 1.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Fevereiro/2026 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Fevereiro de 2026, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	273
Despesas da Seguridade Social	272
Resultado	1
DRU	0

Receitas da Seguridade Social
Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social
A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

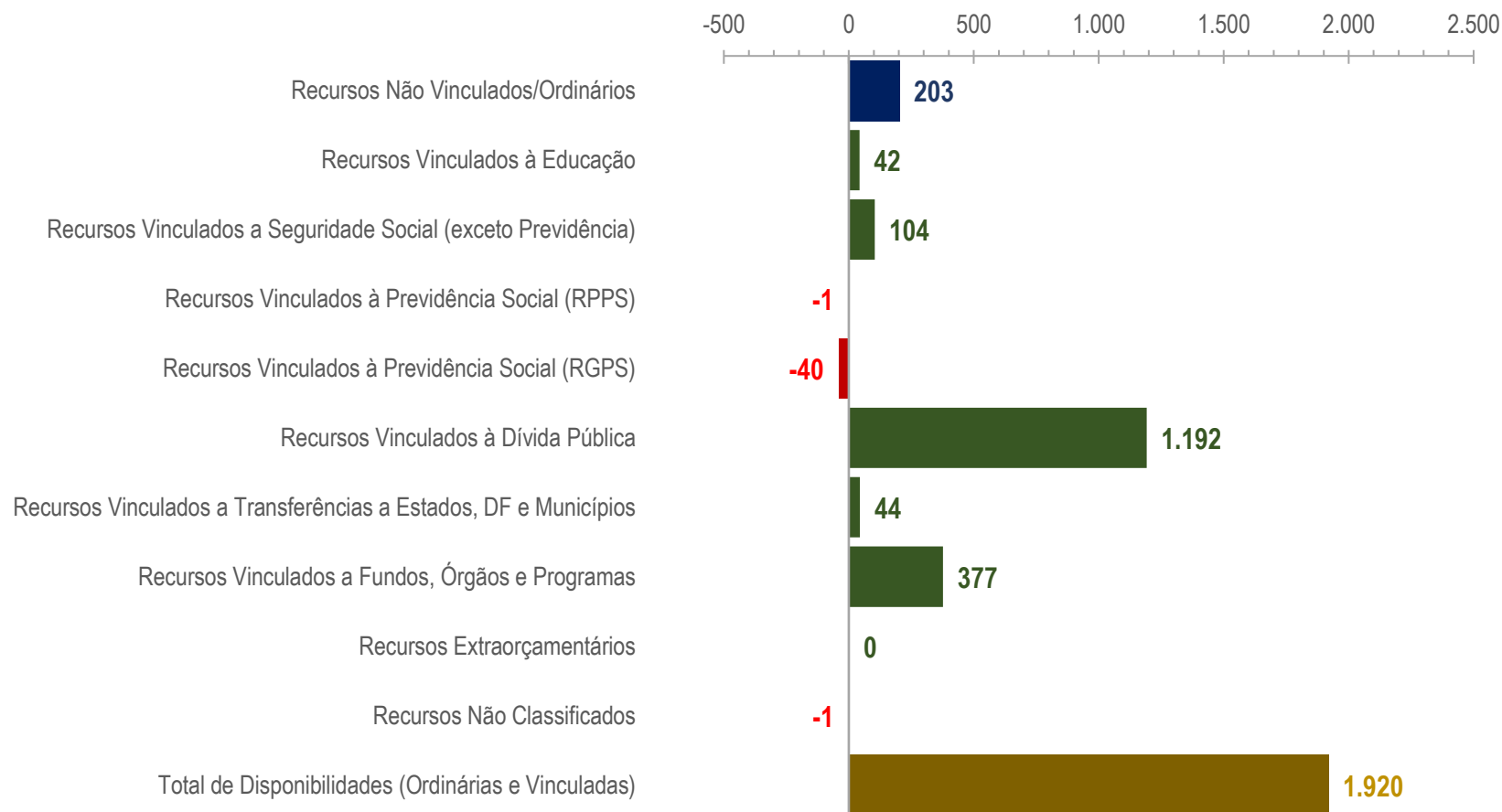
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Tabela 1.

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Fevereiro/2026 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Fevereiro de 2026, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Fevereiro de 2026, Tabela 4.